

# Nem a Constituinte está livre do "besteirol"

Parlamentares insistem em emendas absurdas, mesmo depois de rejeitadas pelo relator-geral

VERA RAMOS  
Da Editoria de Política

O Brasil no qual o escritor Stanislaw Ponte Preta se inspirou para escrever seu Festival de Besteira que Assola o País continua o mesmo. Por excesso de detalhamento ou por absoluta falta de critério sobre o que deve constar na nova Constituição, a verdade é que muitos constituintes apresentaram emendas que, mesmo rejeitadas em Plenário, entrarão, definitivamente, para o rol de besteiras que ilustram a política nacional. Muitas dessas sugestões constitucionais já foram rejeitadas pelo relator Bernardo Cabral em fases anteriores. Porém, seus autores não desistiram e voltaram à carga, mais uma vez.

Um exemplo dessas emendas é a do deputado Maguito Vilela (PMDB-GO). Em sua opinião, a nova Constituição deve padronizar as cores dos veículos oficiais, e estabelece no parágrafo único de sua proposta que a cor deverá ser definida em lei ordinária ou complementar.

Para o grau de detalhamento do deputado em questão, a nova Carta poderá ser uma das mais longas do mundo. Já o constituinte Osmir Lima (PMDB-AC) defende a independência política e jurídica do seu Estado. Na emenda que apresentou,

nessa penúltima fase dos trabalhos constitucionais, o deputado quer anular a incorporação do Acre ao Brasil, e sugere que os dois países (Acre e Brasil) passem a definir suas contendas via tratado bilateral.

Pai de quatro filhos, o deputado Alcení Guerra (PFL-PR) resolveu dar o troco às constituintes que tentam ampliar os direitos da mulher na futura Carta. Em contraponto às emendas que fixam a licença-gestante em 120 dias, o deputado paranaense quer a criação da licença paternidade de oito dias, nas mesmas condições dadas às mulheres — sem prejuízo do emprego e do salário.

Também do PFL, o constituinte João Alves (BA) é o autor de uma emenda propondo a criação de "campos de concentração" agrícolas, com capacidade para abrigar até 40 milhões de habitantes. Sugere ainda que todos os criminosos do País sejam conduzidos para colônias agrícolas penais, a serem instaladas separadas desses campos que o deputado denominou como "regiões agrícolas".

Também no texto referente às Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias, o deputado Artenir Werner (PDS-SC) apresentou emenda propondo uma solução para a difícil questão do excesso de funcionalismo na máquina administrativa federal e estadual: aposentadoria precoce. Se-

gundo o parlamentar, num prazo de 18 meses, deve ser efetivado o remanejamento de cargos e lotações dos servidores públicos. Porém, aqueles que forem "atingidos", poderão requerer aposentadoria, desde que tenham 10 anos de casa.

## PARAÍSO

Enquanto os deputados Nilson Gibson (PMDB-PE) e Ismael Wanderley (PMDB-RN) lutam para que o território de Fernando de Noronha seja incorporado aos seus respectivos Estados, o constituinte Davi Alves Silva (PDS-MA) quer a criação do Estado do Maranhão do Sul, com capital em Imperatriz. O constituinte maranhense vai mais longe. Na sua emenda, ele determina que o Executivo adotará todas as providências para a criação do novo Estado, num prazo recorde de 180 dias. Além disso, terá que pagar todas as despesas decorrentes, utilizando para isso os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Mas a reivindicação do parlamentar não pára aí. Nos primeiros 10 anos, os maranhenses do Sul só poderão gastar parte de sua arrecadação tributária com custeio de pessoal e outros gastos. O restante será problema da União.

Na lista de propostas constitucionais casuísticas,

de interesse específico da classe política, o deputado Evaldo Gonçalves (PFL-PB) quer aumentar de quatro para cinco anos a duração dos mandatos dos vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais e dos governadores. Isso a partir de 1º de janeiro de 1990, um ano antes do término dos mandatos dos atuais ocupantes desses mesmos cargos. E, para os senadores, que atualmente já exercem um mandato longo de 8 anos, o constituinte paraibano quer ampliar para uma década. Já o constituinte Jairo Azi (PFL-BA) demonstrou-se preocupado com a aposentadoria dos políticos que exercem o cargo de prefeito municipal. Na emenda que apresentou, quer que, para fins de aposentadoria, o tempo do efetivo exercício do mandato do prefeito municipal seja contado em dobro.

Outros constituintes preferiram contribuir para a nova Constituição com emendas que beneficiam exclusivamente suas bases políticas. O deputado Jesus Tajra (PFL-PI) quer aumentar a receita de sua terra natal, independente dos incentivos que as bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste já propuseram. O parlamentar sugere que, por um prazo de 25 anos, prorrogáveis por lei, o Piauí terá uma redução de 50% sobre as alíquotas

dos impostos federais cobrados. Haja incentivo.

Outra manifestação de bairrismo veio do deputado Jorge Leite (PMDB-RJ): "São atribuídas à Região Fluminense, durante 10 anos, incentivos fiscais idênticos aos concedidos para investimentos no Polígono das Secas".

E, para aqueles parlamentares que acreditam que a nova Constituição deve abordar um pouco de tudo, ainda que de questões amaldiçoadas, Gerston Peres (PDS-PA) quer legalizar o jogo do bicho em todo o País, e Alexandre Puzyna (PMDB-SC), propõe a liberação dos jogos de cassinos, nas zonas de grande fluxo turístico. E para justificar o lado positivo de suas emendas, diz que os lucros deverão ser aplicados em obras sociais: menores abandonados e assentamento dos sem-terra.

E, na esteira daqueles convictos de que a nova Constituição vai resolver os problemas nacionais, o senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) não teve dúvidas: redigiu uma emenda estipulando que, dentro de cinco anos, a União terá que concluir a rodovia Fortaleza-Brasília.

FOTOS ARQUIVO



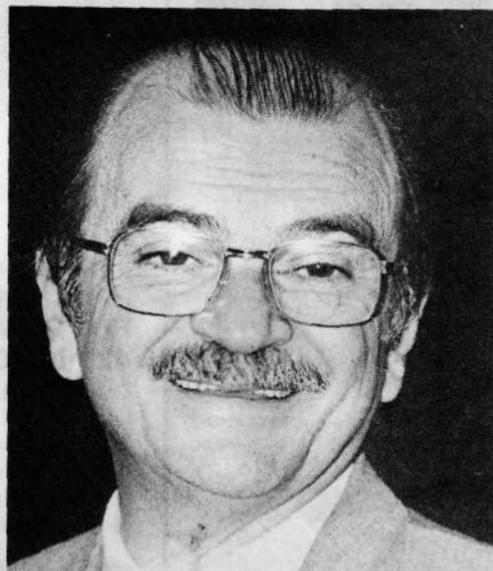
Maguito Vilela: padronização de cor



Nilson Gibson: expansão territorial



Evaldo Gonçalves: mandatos



Jesus Tajra: incentivos bairristas



Chagas Rodrigues: prazo para rodovia